

O SURGIMENTO DE INSTITUIÇÕES COMO UMA PROPRIEDADE EMERGENTE DOS SISTEMAS HIPER-INSTÁVEIS UM TEXTO DE ECONOMIA INSTITUCIONALISTA

BUENO, NEWTON PAULO

97ST1423

I - Introdução A economia institucionalista confere obviamente um papel decisivo às instituições na explicação dos fenômenos econômicos, mas a ausência de comunicação com outras correntes faz com que suas proposições pareçam muitas vezes generalizações empíricas inadequadas, de pouco conteúdo explicativo para situações diferentes. Assim por exemplo, quando se estuda a importância das grandes companhias em determinar padrões culturais e éticos em uma sociedade como a americana, a impressão que se tem é que as conclusões serão aplicáveis essencialmente a esta sociedade e apenas de uma maneira muito remota, e por isso mesmo imprecisa, às demais. A teoria econômica atualmente dominante, ao contrário, faz proposições de natureza universal, aplicáveis a qualquer sociedade em qualquer tempo, proposições estas que em conjunto com uma dada estrutura institucional (exógena portanto) determinam a posição desta economia em um certo momento histórico. Assim, uma sociedade que não adote as instituições mais compatíveis com a lógica supostamente inata do comportamento humano, da qual os autores ortodoxos derivam as proposições mencionadas acima, se situará num nível de bem-estar inferior ao daquelas que observam estes princípios. Países que estabelecem barreiras às importações, nesta perspectiva, estariam adotando uma institucionalidade equivocada para atender seus próprios interesses, independentemente de outras considerações sobre as especificidades deste país.

A abordagem dominante pressupõe, em outras palavras, que se possam decompor os processos sociais em (pelo menos) duas partes: a natureza humana, universal e imutável, e as instituições. Da primeira derivam necessariamente certos padrões comportamentais, por exemplo o comportamento maximizante, que produzirão os melhores resultados para a sociedade como um todo se adotadas as instituições corretas, no caso o livre mercado. Como não se pode, deste ponto de vista, mudar a natureza humana, cabe às instituições ajustarem-se para que uma situação de máximo bem-estar coletivo possa ser alcançada. Por esta razão, a economia ortodoxa apresenta um claro bias reducionista, que consiste exatamente em se imaginar que se possa compreender e eventualmente aperfeiçoar um processo decompondo-o em seus elementos constitutivos e identificando qual deles apresenta problemas.

A abordagem institucional, ao contrário, adota uma perspectiva holística, no sentido de pressupor que os processos sociais são mais do que a soma de suas partes componentes, não podendo por isso ser reduzidos. Essas partes, ao invés de se constituírem em fundamentais do problema, são constantemente redefinidas ao longo do processo, o que significa que a própria trajetória de um processo específico depende de sua história anterior. Isto é, a forma como as partes componentes de um processo social interagem no presente (e como se influenciarão mutuamente no futuro) depende crucialmente de como o fizeram no passado. A implicação metodológica fundamental da abordagem holística, portanto, é que não se pode de fato compreender os processos sociais em abstrato, isto é sem referência às suas histórias específicas. Nisto consiste a pedra angular da abordagem institucional: as instituições não podem ser tratadas apenas como dados de um problema de maximização, como supõem os economistas ortodoxos, mas devem ser consideradas como variáveis que, ao restringir, ratificar, ou estimular determinados comportamentos humanos, acabam por privilegiar uns e detrimir outros, o que dá formas específicas à evolução de sistemas específicos, inclusive no que tange à própria dinâmica institucional futura destes sistemas.

Este último ponto, em especial, é decisivo. Em outro local [Bueno (1996 c)], mostrou-se que a estrutura institucional atual de países como a Alemanha, a Inglaterra e os próprios Estados Unidos, aí incluídas suas correspondentes estruturas industriais, não pode ser compreendida sem referência à forma como suas instituições evoluíram a partir do advento das estradas de ferro em meados do século passado. Neste sentido, é totalmente inadequado avaliar o desempenho econômico destes países, por exemplo, em termos da adoção de uma institucionalidade genérica que privilegie digamos mecanismos de mercado em contraste a outras sociedades menos bem sucedidas em termos econômicos, que não o teriam feito.

As instituições, em resumo, afetam o desempenho econômico dos países e são por este afetadas, de um modo que não pode ser definido em abstrato, mas apenas através do estudo de sua história institucional anterior. Em

alguns desses países é possível que uma institucionalidade que privilegie mecanismos de mercado seja de fato a que simultaneamente proporcione o melhor desempenho econômico; mas em outros, em razão de sua evolução anterior, esse aparato institucional poderia vir a se constituir em um obstáculo ao desenvolvimento(1).

O exposto deixa claro porque os institucionalistas dão tanta importância ao estudo da história das instituições em cada país, mas ainda não esclarece o suficiente sobre sua metodologia e sobre as possibilidades teóricas da análise institucional, que são aspectos criticados pelos autores ortodoxos. Desenvolvimentos analíticos recentes, utilizando instrumental derivado de avanços na teoria dos sistemas não lineares, que tem como uma das áreas de pesquisa a assim chamada teoria do caos, têm mostrado ser possível, pelo menos em princípio, extrair conclusões teóricas de caráter mais geral sobre as relações entre processos econômicos e instituições. Esse instrumental permite começar a tratar tais relações de uma perspectiva evolucionária, isto é tomando em conta as influências mútuas entre elas ao longo do tempo, considerando que essas influências não são invariáveis, mas constantemente redefinidas ao longo da própria trajetória evolutiva dos sistemas considerados.

Pesquisas institucionalistas mais recentes têm mostrado que, se se considerar os sistemas econômicos como não lineares (o que como se mostrará a frente é uma suposição bastante razoável), eles provavelmente apresentam, pelo menos potencialmente, um tipo de instabilidade, hiper-instabilidade, que torna plausível a hipótese de evolução econômico-institucional endógena. Os estados prováveis desses sistemas, em razão da própria hiper-instabilidade, não podem ser previstos a priori, como supõe a teoria ortodoxa. Mas o tipo de trajetória que provavelmente apresentarão sim. De especial importância para a teoria institucional é que, dependendo do tipo de trajetória (o qual por sua vez depende do tipo de instabilidade apresentado) a criação de instituições pode ser considerada como uma propriedade emergente da dinâmica dos sistemas. Isto significa que os processos econômicos podem induzir endogenamente o surgimento de instituições de determinada natureza, que ou atuam para proteger os agentes econômicos da incerteza associada às trajetórias instáveis, ou para permitir-lhes aproveitar as possibilidades por elas apresentadas.

A instabilidade, portanto e novamente diferentemente de para a economia ortodoxa, não é necessariamente um mal. Mas uma força poderosa de inovação econômica (principalmente tecnológica) e institucional. E sendo estas o principal motor da evolução, verifica-se que a economia para ser evolucionária, como queria Thorstein Veblen, deve necessariamente conferir um papel decisivo à instabilidade econômica. O objetivo deste trabalho é o de contribuir na tarefa de resgate da importância (positiva) do conceito de instabilidade, mostrando que ele é indispensável para fazer avançar a análise institucional. O restante do texto está dividido em três partes: a seguinte, que apresenta de uma forma heurística o conceito de instabilidade; a parte III, que sugere que a instabilidade econômica não deve ser considerada apenas como um problema a ser solucionado pelo cientista social em suas pesquisas, como aparentemente fazem os autores conhecidos como novos institucionalistas, mas como uma propriedade inerente dos processos históricos, e que por isso deve ter papel central no estudo da dinâmica institucional; a parte IV, que resume os avanços no estudo de sistemas hiper-instáveis, isto é aqueles sujeitos a apresentar dinâmica caótica, e que por causa disso são também passíveis de apresentar uma propriedade denominada de auto-organização; mostrar-se-á que é exatamente neste caso que a criação de instituições pode ser considerada como uma propriedade emergente. A parte V conclui o trabalho, sugerindo que os desenvolvimentos analíticos acima mencionados parecem apontar para uma redução da especialização do trabalho científico no campo das ciências humanas, em prol de abordagens progressivamente mais multidisciplinares.

Procurou-se manter a discussão num nível acessível ao leitor não familiarizado com o instrumental matemático; isto exigiu sacrificar, em alguns momentos talvez perigosamente, o rigor formal em favor da clareza expositiva. Acredita-se, no entanto, que a perda de rigor possa ser mais do que compensada pelas imensas possibilidades para a análise institucional abertas por uma comunicação mais eficiente e aberta entre os vários campos das ciências humanas.

II - Instabilidade em sistemas dinâmicos

As figuras 1 e 2 abaixo apresentam as soluções de um sistema de duas equações em diferenças ou diferenciais nas variáveis X_1 e X_2 . O sistema representado na figura 1 é estável e o outro, instável. Observe-se que, no sistema estável, as trajetórias das variáveis convergem para um equilíbrio de longo prazo, situado sobre a reta OE, a qual por sua vez estabelece a relação de equilíbrio de longo prazo para estas variáveis, independentemente de onde o sistema tenha partido; no sistema instável, ao contrário, as trajetórias divergem. Neste, uma pequena divergência em relação à proporção de equilíbrio tende a se amplificar ao longo do tempo, afastando o sistema de sua posição de equilíbrio geral de longo prazo.

Um exemplo econômico talvez ajude a esclarecer mais a questão. Suponhamos que X_1 seja a produção de bens de consumo da economia em um dado ano e X_2 a produção de bens de capital. À uma certa demanda de bens de consumo por parte da sociedade corresponde uma produção X_1^* de bens de consumo e X_2^* de bens de capital a serem utilizados na produção de bens de consumo. Digamos que estas últimas serão então as produções que se situam na reta de equilíbrio de longo prazo mencionada acima. Imaginemos, por outro lado, que inicialmente a proporção não seja a correta, isto é que a economia encontre-se no ponto A no diagrama 1 e A no diagrama 2. No primeiro caso, o excesso de produção de bens de capital implicará uma queda de preços desses bens e assim um deslocamento de alguns produtores desses bens para a produção de bens de consumo, no período seguinte. O resultado será que, no segundo período, a produção de bens de capital será menor e a de bens de consumo maior; isto é a economia terá se aproximado um pouco mais da relação X_2^*/X_1^* . Se ainda assim X_2/X_1 for superior à proporção de equilíbrio, o processo continuará como descrito pela trajetória T1, que converge para a posição de equilíbrio. Observe-se ainda que não importa o quão distante a proporção real esteja distante da proporção de equilíbrio, a economia acabará por convergir.

A situação será diferente se o sistema que representar a economia for o 2. Neste caso, se a produção de bens de capital for excessiva, quando os empresários tentam reduzi-la, despedindo empregados, isto reduz a demanda por bens de consumo e conseqüentemente sua produção, impedindo que a proporção entre as duas produções aproxime-se da correta. Isto é a redução na produção de bens de capital obriga a produção de bens de consumo a se reduzir, impedindo o ajustamento descrito para o caso estável(2). Assim se a economia estiver fora da proporção correta ela se afastará ainda mais ao invés de aproximar-se dela, se o sistema for instável.

Sistemas como o representado na figura 2 são instáveis porque em sua dinâmica atuam mecanismos de feedback positivo que amplificam as flutuações em torno de uma posição qualquer, produzindo movimentos cumulativos(3). Myrdal (1944) por exemplo, estudando o problema racial nos Estados Unidos, concluiu que sua gravidade e persistência decorrem em grande parte da atuação desses mecanismos. Para ele, a discriminação afeta as oportunidades de empregos dos negros, reduzindo sua renda e assim induzindo ainda mais discriminação.

Até recentemente, e de certo modo até hoje, os economistas e outros cientistas sociais procuraram formular seus modelos de modo que eles apresentassem a propriedade de estabilidade, reespecificando e eventualmente descartando, com raras exceções, os modelos instáveis. Não é difícil ver porque.

Nos sistemas dinâmicos estáveis, é possível prever a posição de equilíbrio de longo prazo independentemente de erros cometidos na determinação das assim chamadas condições iniciais da trajetória. É como se o passar do tempo cancelasse os erros eventualmente cometidos na fase de especificação do problema. Já nos sistemas instáveis pequenas alterações nas condições iniciais podem produzir resultados completamente distintos, o que reduz sensivelmente o grau de previsibilidade do modelo utilizado para representar o sistema estudado. Uma explicação puramente formal para esses comportamentos é que, nos sistemas estáveis, predominam mecanismos de "feedback" negativos (ver nota 2), isto é aqueles que tendem a eliminar as discrepâncias entre os estados observados e o de equilíbrio, enquanto que, nos instáveis, predominam os mecanismos de "feedback" positivos, isto é aqueles que amplificam, as discrepâncias mencionadas. É claro entretanto que isto não responde o porque desses últimos serem tão comuns em sistemas sociais.

Sugere-se aqui que isto ocorre porque esses sistemas apresentam limites físicos, psicológicos, financeiros e sociais que restringem e condicionam seu comportamento, tornando-o altamente não linear. Assim, o passar do tempo, ao colocar em ação essas restrições, faz com que elas se tornem mais importantes do que os objetivos sumarizados na posição de equilíbrio de longo prazo formulada com base nas condições iniciais e expectativas ex-ante dos agentes sociais. Tudo se passa, portanto, como se o sistema, partindo de um determinado conjunto de condições iniciais, passasse a evoluir de acordo com as restrições acima, "esquecendo" o estado final inicialmente previsto. Assim, por exemplo, ao entrar em ação um determinado conjunto de restrições, digamos psicológicas, as expectativas são reformuladas, redefinindo a posição de equilíbrio de longo prazo de um sistema econômico, o que por sua vez acabará estimulando determinados comportamentos antes de importância secundária e colocando em ação um novo conjunto de restrições e assim por diante. Nessas condições, o sistema será altamente não linear, no sentido de que variações nas variáveis independentes, no caso o tempo, produzirão respostas progressivamente mais amplificadas; variações nas condições iniciais, por outro lado, com o passar do tempo, alterarão completamente o estado final do sistema, na medida em que tais discrepâncias serão amplificadas pelas não linearidades. Esta é a razão de se considerar que as trajetórias dos sistemas não lineares são "path-dependents".

Os sistemas instáveis portanto, com o passar do tempo, esquecem o estado final inicialmente desejado, amplificando as discrepâncias nas condições iniciais. Já os sistemas estáveis esquecem as condições iniciais, amplificando o efeito das forças (mecanismos de feedback negativos) que conduzem ao equilíbrio. Isso ocorre porque, em essência, não há como definir a priori uma posição de equilíbrio para sistemas instáveis, isto é uma que satisfaça simultaneamente todos os agentes envolvidos nos processos sociais e econômicos, os quais como mencionado podem ser considerados majoritariamente instáveis. Essa posição de equilíbrio, se é que neste caso pode ser chamada assim, ao contrário é constantemente redefinida ao longo da trajetória, o que logicamente impede a atuação dos mecanismos de feedback negativos, abrindo espaço para o funcionamento exclusivo dos de feedback positivos.

A trajetória e o estado final para qual ela tende não podem assim normalmente ser previstos para os sistemas econômicos e sociais a partir das condições iniciais, pelo simples fato de que é impossível determinar com a precisão necessária quais são exatamente essas condições e também porque, mesmo que isto acontecesse, as não linearidades do sistema poderiam dar maior peso a algumas delas que inicialmente eram consideradas irrelevantes, como por exemplo ao comportamento de agentes econômicos que adotam uma tecnologia inferior a outra já disponível em um mercado competitivo. A teoria econômica ortodoxa nos diz que seguramente estes agentes ou virão a adotar a best practice mais à frente ou serão eliminados da sua indústria, o que permite afirmar que a tecnologia superior acabará por prevalecer devido aos efeitos de feedback negativos claramente associados ao processo. O argumento acima desenvolvido entretanto permite considerar uma outra possibilidade, aqui considerada muito mais realista. Se o processo de difusão tecnológica for instável, é perfeitamente possível que a best practice a priori não venha a prevalecer. Durante o processo, mecanismos de feedback positivo podem perfeitamente definir uma trajetória que torne inconveniente a adoção da tecnologia definida inicialmente como superior, reduzindo progressivamente seu efeito amortecedor, ou de feedback negativo, em um sistema composto de agentes racionais. Nesse caso, o sistema, isto é a estrutura tecnológica da indústria, tenderia para uma posição que não pode ser prevista ex ante, isto é sem conhecimento da própria trajetória. ARTHUR (1987:2) fornece um interessante exemplo de disusão tecnológica instável, que ajuda a esclarecer um pouco mais o argumento:

The video technology Sony Betamax exhibits market self-reinforcement in the sense that increased prevalence on the market encourages video outlets to stock more film titles in Betamax.; there are coordination benefits to new purchasers of Betamax that increase with its market share. If Betamax and its rival VHS compete, a small lead in market share gained by one of the technologies may enhance its competitive position and help it further increase its lead. There is positive feedback. If both system start out at the same time, market shares may fluctuate at the outset, as external circumstances and luck change, and as backers maneuver for advantage. And if the self-reinforcing mechanism is strong enough, eventually one of the two technologies may accumulate enough advantage to take 100% of the market. Notice however we cannot say in advance which one this will be.

Deve ter ficado claro que os sistemas instáveis apresentam uma dinâmica muito mais rica do que os estáveis, mas ao mesmo tempo muito menos previsível. Enquanto nos últimos, todas as informações estão contidas nas

condições iniciais e nas equações de movimento do sistema, de modo que se pode prever sua posição em qualquer momento do tempo, inclusive a de equilíbrio de longo prazo, nos últimos nada disso é possível. Nestes, a única forma de estudar sua dinâmica é analisando a própria trajetória, a qual como visto define-se ao longo do processo; diz-se neste caso que a trajetória é path dependent(4). A questão que se coloca, obviamente, é se é de fato possível teorizar com um mínimo de generalidade sobre sistemas deste tipo. Os economistas e cientistas sociais ortodoxos, que privilegiam os sistemas estáveis, acreditam explicita ou implicitamente que não. Mas mesmo dentro do campo ortodoxo, vem se tornando cada vez mais importante uma linha de análise que enfatiza a instabilidade como uma característica inerente dos processos históricos, embora não extraia as conclusões mais relevantes dessa constatação. Trata-se da abordagem conhecida como novo institucionalismo, apresentada a seguir.

III- Instabilidade e surgimento de instituições: a técnica de escrever a história para trás e o novo institucionalismo

Mostrou-se na seção anterior que os sistemas instáveis amplificam discrepâncias nas condições iniciais, o que dificulta sua utilização principalmente quando se trata de sistemas envolvendo processos sociais e econômicos. Isto ocorre porque dificilmente pode-se mensurar adequadamente essas condições. Assim modelos que não levam em conta a possibilidade das trajetórias por eles previstas apresentarem desvios consideráveis à medida em que as condições iniciais se alterem, devido à instabilidade própria daqueles processos, podem ser muito elegantes mas certamente explicam pouco do que realmente ocorre com esses sistemas ao longo do tempo.

Uma alternativa para tratar sistemas sociais e econômicos sem descartar sua instabilidade característica é a proposta por LEONTIEF (1966). Ao invés de começar a estudar sua dinâmica a partir das condições iniciais, ele sugere reverter o procedimento. Ao se olhar os gráficos 1 e 2, retratados acima, observa-se que a divergência em relação à posição de equilíbrio de longo prazo, também pode ser interpretada como convergência das várias trajetórias em relação às condições iniciais. Isto é, se começarmos a estudar o sistema da esquerda para a direita é impossível dizer algo sobre sua posição final, mas se o fizermos da direita para a esquerda, sabemos que acabaremos para convergir para estados iniciais muito próximos. Poderemos assim, partindo dos fatos conhecidos resumidos nos dados atuais, entender como um determinado conjunto de condições iniciais, pouco conhecidas, contribuíram para produzir os fatos presentes. Poderemos, além disso, comparando por exemplo uma sociedade com outra de grau de desenvolvimento inferior, inferir quais as condições iniciais, que nos sistemas instáveis não necessitam ser muito diferentes para resultar em estados finais muito distintos, que produziram um e outro caso. A metodologia proposta, portanto, consiste em escrever a história para trás. Em suas palavras(5) :

In following the paths of historical development...in the direction of time, the analyst finds himself, in most instances, engaged in the rather thankless task of trying to derive known from unknown or, at least, better-known from less well-known facts. Would it not be much more efficient to reverse this procedure? By establishing the base of his operations, that is, the principal store of primary factual information in the present or a very recent past, and then moving on backward with the help of theoretical weapons step by step toward the more and more distant past, the analytical historian could make most effective use of the limited amount of direct factual information to which he usually has access.

This method of writing analytical history backwards, that is, from the present into the past, is greatly favored by the configuration of developmental paths which characterize dynamic systems defined as unstable.

E um pouco mais à frente(6) dando um exemplo de como escrever a história para trás ajuda a compreender processos históricos altamente instáveis:

If it were true that a slight difference in the state of the emperors health - a difference the existence of which could hardly be established by direct observation and even less so by reliable documentation - could have determined the outcome of a crucial battle and thus have had a decisive effect on subsequent political, social and economic developments in France and Europe, it is very doubtful that an even most painstaking inquiry into the medical history of Napoleon I could yield a firm factual basis for a convincing explanation of the social and economic state in, say, 1848. On the contrary, if the European system were actually unstable in a way implied by the aforementioned historical hypothesis, even a very approximate familiarity with the state of Europe in 1848 should permit the biographer of Napoleon to conclude, despite the absence of any evidence of a direct kind, that the emperor must have indeed been suffering from a slight head cold on the day of the fateful battle.

A consideração explícita de que os processos sociais e históricos são instáveis e por isso que sua história só pode ser escrita da forma acima é uma marca registrada dos autores denominados novos institucionalistas. Um dos mais importantes desses autores, Douglass North, por exemplo, tem sugerido que o desempenho econômico das economias européias nos últimos dois séculos pode ser explicado fundamentalmente por uma evolução institucional favorável, quando comparada à verificada nos países latino-americanos. O argumento pode ser resumido no seguinte.

As sociedades européias atualmente desenvolvidas experimentaram um desenvolvimento institucional que criou um ambiente institucional que favoreceu o crescimento da produtividade. A principal característica desse ambiente é que ele progressivamente garantiu os direitos de propriedade e desenvolveu e fortaleceu as instituições que permitiram as trocas interpessoais ao longo do tempo (NORTH, 1994, 363). Isto é desenvolveu as instituições que viabilizaram o funcionamento de uma economia de livre mercado, a qual por sua vez permitiu a captura dos ganhos potenciais do comércio, principalmente o de longa distância nos períodos iniciais da era do capitalismo moderno.

Esses ganhos, por sua vez, advieram de três tipos de inovações que resultaram de modificações em normas formais e informais que tinham vigorado durante toda a idade média e que impediam a expansão das trocas interpessoais por mecanismos de mercado. Foram elas: a) as que aumentaram a mobilidade do capital, como os métodos de evasão às leis da usura; b) as que reduziram os custos de informação, como a definição de um sistema confiável e estável de taxas de câmbio entre os principais países europeus e c) as que contribuíram para reduzir a incerteza principalmente nas operações de comércio à longa distância, como o desenvolvimento de instituições seguradoras que permitiram diversificar o risco por um grande número de investidores até então não engajados no comércio (NORTH, 1991, pp.105-107).

Existiria, portanto, para North, uma institucionalidade compatível com o bom desempenho econômico, a saber a que privilegia os mecanismos de livre mercado. Este seria o estado final, no que respeita às instituições, a que chegaram as economias hoje desenvolvidas. A questão que o próprio North se coloca é por que, conhecendo a institucionalidade mais favorável, uma grande parte das sociedades modernas recusam-se a adotá-la, preferindo instituições autoritárias, como a interferência estatal, que as condenam a uma situação de subdesenvolvimento econômico.

Adotando, implicitamente, a metodologia de escrever a história para trás North conclui que isso acontece porque as instituições resultam de uma longa história evolutiva, partindo de um conjunto de condições iniciais diferente para cada sociedade, não podendo assim ser reproduzidas extemporaneamente em um país que seguiu trajetória distinta. A tradição de adoção de mecanismos de mercado, impessoais, nas colônias inglesas da América do Norte por exemplo explica-se em grande parte pela diversidade política então imperante na Inglaterra, como resultado do conflito entre a Coroa e o Parlamento, e que se reproduziu no novo mundo, abrindo espaço para uma maior autonomia política e econômica local, seja em termos da metrópole colonial, seja em termos genéricos para uma postura contrária à intervenção de um poder centralizado sobre o indivíduo. Nos países da América Latina, ao contrário, a colonização ocorreu no momento em que o estado absolutista, principalmente no caso espanhol, tornava-se completamente hegemônico, estabelecendo uma máquina burocrática extremamente eficiente (em termos dos objetivos políticos do estado absolutista evidentemente) e pervasiva, que estendeu seu controle para o novo mundo. O predomínio do aparato burocrático sobre cada aspecto da vida política e econômica induziu os agentes a procurar obter o controle ou

os favores da máquina para conduzir seus negócios, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos onde os comerciantes, como mencionado, lutaram desde o princípio pela redução do controle sobre os assuntos privados. Ao invés, portanto do impulso para a construção de instituições baseadas em mecanismos impessoais, destinadas principalmente a garantir e fortalecer os mecanismos de mercado, a ação política dos comerciantes na América Latina dirigiu-se desde o início para conquistar mais influência sobre as instituições estatais, de modo a obter vantagens sobre os concorrentes.

A consequência de terem os países partido de condições iniciais distintas, como seria de se esperar em processos instáveis, foi a de que os estados finais, ou seja as situações atuais, são também bastante diferentes em termos de bem estar material de suas populações. Nas palavras de NORTH (1991: 111):

The divergent paths established by England and Spain in the New World have not converged despite the mediating factors of common ideological influences. In the former, an institutional framework has evolved that permits complex impersonal exchange necessary to political stability as well as to capture the potential economic benefits of modern technology. In the latter, personalistic relationships are still the key to much of the political and economic exchange. They are the consequence of an evolving institutional framework that has produced erratic economic growth in Latin America, but neither political nor economic stability, nor realization of the potential of modern technology.

A interpretação dos novos institucionalistas tem é claro um forte viés ortodoxo. Particularmente problemática, nos parece, é a adoção de uma perspectiva de individualismo metodológico baseada num conceito, um tanto menos rígido do que o utilizado pela economia neo-clássica é verdade, de homo economicus. Desta perspectiva, o homem pode ser tomado como garantido, no sentido de que a natureza humana seria universal e imutável. O comportamento racional, elemento fundamental desta natureza, seria o motor da transformação institucional, na medida em que o homem procura construir as instituições que lhe permitam alcançar o máximo de bem-estar material (7).

Não é preciso recorrer à literatura marxista para pelo menos problematizar esta visão. KURTZ (1996) resenhando Guerra e Capitalismo de Werner Sombart, por exemplo, mostra que o principal de transformação institucional no início da era capitalista não foi o comportamento racional procurando capturar ganhos do comércio, mas a invenção da arma de fogo. Essa inovação tecnológica destruiu as formas de dominação pré-capitalistas, enfraquecendo o poder do senhor feudal ao mesmo tempo que requeria o surgimento de um poder centralizado, o Estado absolutista, que era o único em condições de patrocinar a produção de armas de fogo em larga escala criando os exércitos profissionais modernos.(8)

Os agentes dessa transformação não foram o pacífico vendedor, o esforçado poupador ou o corajoso empresário inovador, em busca de inovações que privilegiassem a impessoalidade dos mecanismos de mercado, mas os generais e comandantes de exércitos que investiam o produto dos saques tornando-se sócios do capital mercantil então dominante. Mesmo após a fase inicial, o capitalismo nunca deixou de ser uma sociedade centralizada, alcançando uma situação hoje em que, diferentemente do que acredita North, está longe de constituir sociedades de controle descentralizado através principalmente de mecanismos impessoais de mercado. Ao contrário, segundo Kurtz:

A moderna democracia do Ocidente é incapaz de ocultar o fato de ser herdeira da ditadura militar e armamentista do início da modernidade e isso não só na esfera tecnológica, mas também em sua estrutura social. Sob a fina superfície dos rituais de votação e dos discursos políticos, encontramos o monstro de um aparato que administra e disciplina de forma continuada o cidadão aparentemente livre do Estado em nome da economia monetária total e da economia de guerra a ela vinculada até hoje. Em nenhuma sociedade da história houve tão grande percentual de funcionários públicos e administradores de recursos humanos, soldados e policiais; nenhuma jamais desbaratou uma parcela tão grande de seus recursos em armamentos e exército.

A citação acima é provavelmente exagerada, mas ilustra o fato de que, além de problematizar a teoria evolucionária dos novos institucionalistas, não há consenso sobre qual seja realmente a institucionalidade dos países hoje desenvolvidos. Mesmo autores menos radicais politicamente consideram que as trajetórias

evolutivas das democracias ocidentais foram bem diferentes do proposto pela parábola novo-institucionalistas e que as instituições que dela resultaram não podem ser caracterizadas de modo genérico, mas refletem a forma das trajetórias perseguidas(9).

Temos então pelo menos dois problemas no tratamento de sistemas instáveis escrevendo a história para trás, como sugerido por Leontief e realizado pelos novos institucionalistas. Primeiro, o de não ser possível dar por garantido que exista uma institucionalidade genérica compatível com o bem-estar econômico e social e segundo e mais importante o de que, ao que tudo indica, a metodologia rompe com seus próprios princípios, quando assume que as economias modernas, pelo menos as mais desenvolvidas, teriam alcançado o estágio final de sua evolução histórica, uma espécie de fim da história, como recentemente argumentaram alguns historiadores conservadores. Essas economias, nessa perspectiva, teriam atingido uma situação de equilíbrio (estável) após uma evolução histórica instável e neste sentido seriam um modelo, embora não aplicável automaticamente, para as que ainda não o fizeram.

Pode ser que isto seja ou não verdadeiro (acredita-se que não), mas independentemente disso a análise dos novos institucionalistas não é conclusiva exatamente em razão da suposição arbitrária de que, ao construir as instituições consistentes com o mercado livre, as sociedades teriam alcançado o máximo grau de desenvolvimento institucional. Aceitar isso, seria o mesmo que adotar uma visão biológica-evolucionária em que o homem fosse considerado o estágio superior inevitável da escalada evolutiva, o que está longe de refletir o ponto de vista científico dominante sobre o assunto.

O problema todo com a técnica de escrever a história para trás adotada pelos novos institucionalistas é que, embora aceitando a instabilidade dos processos econômicos, eles não retiram as implicações mais importantes dessa constatação. Usam-na apenas como justificativa para descrever os processos históricos, dentre eles a evolução institucional, com base nos estados finais (definidos arbitrariamente) ao invés de nas condições iniciais. Parece entretanto, e assim se argumentará a seguir, que o mais importante em história não é tanto saber de onde se parte ou onde se chega em um dado momento do tempo, mas como as sociedades fazem esse percurso; isto é conhecer o que se denominará de movimento geral dos processos históricos. Exatamente porque entender isso nos permite extrapolar o presente, considerando-o não como estágio final da evolução histórica, mas como um momento a mais em um processo inerentemente instável.

IV - O surgimento de instituições em sistemas hiper-instáveis

A preferência revelada pelos cientistas sociais e de outras áreas, embora estes cada vez menos, por sistemas estáveis têm uma causa digamos psicológica. A instabilidade está associada à idéia de imprevisibilidade e, portanto, à uma possível descaracterização dos procedimentos científicos como o meio mais adequado para desvendar as leis da natureza, já que estas, se é que existem, não produziriam fenômenos capazes de ser previstos, o que em última instância tornaria a ciência inútil.

Por esse raciocínio, quanto mais instáveis os sistemas maior o grau de imprevisibilidade associado e portanto menor o espaço para a ciência em sua explicação. Se insistirmos em afirmar que os processos históricos são instáveis, o máximo que poderíamos alcançar seria então negar o próprio procedimento científico que nos ajudou a formular esta idéia.

Os avanços recentes no campo da dinâmica dos sistemas não lineares contudo têm mostrado que esta visão pessimista não se justifica. Ao contrário o estudo desses sistemas tem deixado cada vez mais claro que a instabilidade é uma propriedade positiva, no sentido de que aumenta, e não diminui, o campo da explicação científica, principalmente para o que interessa aqui, isto é para o estudo da dinâmica institucional. Não é possível apresentar aqui um resumo auto contido da teoria dos sistemas não lineares, mais conhecida como teoria do caos. Os conceitos a seguir constituem apenas um primeiro e muito preliminar passo nessa direção, visando exclusivamente a sugerir as possibilidades abertas para o estudo institucional.(10)

Muitos sistemas não lineares apresentam uma propriedade conhecida como hiper-sensibilidade em relação às condições iniciais. Da mesma forma que nos sistemas apenas instáveis, uma pequena discrepância nas condições de partida do sistema altera significativamente as trajetórias do sistema ao longo do tempo. Mas enquanto naqueles as trajetórias afastavam-se exponencialmente de uma situação de equilíbrio de longo prazo os sistemas hiper-instáveis, ou caóticos, apresentam uma dinâmica muito mais complexa.

As trajetórias podem afastar-se da posição de equilíbrio (conceito este aliás que não faz muito sentido neste contexto) durante um certo tempo, em resposta à ação de mecanismos de feedback positivos, invertendo este movimento, em direção ao equilíbrio em um certo momento, mas ultrapassando-o no sentido descendente, voltando após um certo tempo a caminhar na direção ascendente. Pode-se resumir este comportamento como um de explosividade limitada que ocorre em razão das não linearidades existentes no sistema. Nessas condições, alguns fatores que produzem o movimento ascendente perdem força ao longo da trajetória, cedendo espaço à atuação de outros que pressionam o sistema em outra direção, sem contudo serem capazes de conduzi-lo à uma posição de equilíbrio. Após uma certa fase, as forças que produzem o movimento descendente são novamente substituídas pelas forças da expansão e assim por diante.

Estudos recentes têm mostrado que em sistemas deste tipo é impossível efetuar previsões, visto que embora o movimento geral seja o descrito acima, as trajetórias particulares que ele seguirá serão completamente distintas se as condições iniciais variarem ainda que seja infinitesimalmente. Como em qualquer sistema, mas principalmente naqueles que representam processos históricos, é impraticável avaliar essas mudanças infinitesimais, resulta impossível prever mesmo que aproximadamente a evolução futura do sistema(11) . A essa circunstância denominou-se caos determinista, porque o estado final do sistema não pode ser previsto, não tendendo a qualquer posição de equilíbrio de longo prazo, nem apresentando padrões semelhantes aos característicos dos sistemas tradicionalmente considerados nas ciências naturais e sociais. O adjetivo determinista refere-se ao fato de que este comportamento imprevisível é produzido por um sistema de equações perfeitamente especificado, e não por fatores aleatórios. Isto é, mesmo na ausência de qualquer influência aleatória, o sistema apresenta uma evolução ao longo do tempo que parentemente não segue qualquer padrão.

É possível contudo encontrar uma ordem nos sistemas caóticos. Esta ordem não pode ser identificada nos estados finais que ele venha a atingir depois que tempo suficiente transcorrer, mas no que se chamou acima de movimento geral. Sabe-se que os sistemas caóticos não tendem para uma posição de equilíbrio, mas sabe-se também que eles não explodem. Isto ocorre porque, neles, as forças de movimento colocam sempre em ação, após passado um certo tempo, forças de sentido contrário. Sabe-se, em outras palavras, como os sistemas caóticos fazem o percurso, mas não onde ele vai chegar. Mas porque eles se comportam desse modo?

Mencionou-se no início deste trabalho que os agentes não se submetem passivamente à instabilidade dos processos históricos; ao contrário procuram atuar sobre ele seja para se precaverem contra as incertezas, seja para aproveitarem as possibilidades abertas pelo novo. A forma como eles o fazem é criando instituições. Em sistemas estáveis, ao contrário, pode-se ver agora que o estímulo para gerar inovações institucionais é muito mais reduzido. Afinal para que arriscar se o que existe resultou de um processo temporal de tentativa e erro, através das forças de feedback negativo, que acabou por selecionar a institucionalidade mais favorável, isto é aquela consistente com uma situação em que todos os agentes estão simultaneamente satisfeitos, dadas suas restrições orçamentárias naturalmente?

Nos sistemas não lineares sujeitos a dinâmica caótica a história é diferente. Um desvio de uma situação inicial, que pode-se até imaginar se se quiser como de equilíbrio, põe em ação forças que, se atuassem sem controle, produziriam uma situação explosiva. Os agentes terão portanto motivos para criar instituições para evitá-la. Ao fazê-lo, introduzem uma nova fonte de não linearidade no processo, que pode ou inverter a tendência explosiva, no sentido descendente, ou redirecionar a trajetória no mesmo sentido, suavizando aquela tendência. Seja como for, a estrutura institucional se altera, redefinindo a posição de equilíbrio do sistema. O efeito da mudança institucional no entanto não pode ser previsto, uma vez que os sistemas caóticos são hiper-sensíveis em relação as condições iniciais, podendo perfeitamente produzir um movimento explosivo descendente, o que induzirá a criação de novas instituições.

Sugere-se aqui que os processos históricos comportam-se de forma caótica (como definido acima), em suma, porque os homens reagem à instabilidade criando instituições. Estas, ao redefinirem as trajetórias associadas, por sua vez, colocam em ação novas forças de instabilidade, as quais induzem o surgimento de novas instituições e assim por diante. A trajetória que em qualquer momento se apresenta, quando olhamos para trás, só pode ser compreendida refazendo o percurso, isto é ela é path-dependent.

A estrutura institucional de uma sociedade ou especificamente sua estrutura econômica portanto refletem decisões institucionais tomadas em períodos anteriores, seja para fugir aos movimentos explosivos produzidos pela instabilidade, seja para aproveitar as oportunidades que estes movimentos prometiam para os mais ousados.(12) Tais decisões ou revertem movimentos ascendentes ou os suavizam, produzindo uma dinâmica instável que no entanto não é explosiva. Isto é um comportamento que não pode ser associado nem a um sistema estável, nem a um explosivo. Mas a um que evolui sob a forma de explosões limitadas; o que talvez seja uma forma adequada de descrever um sistema evolucionário.

Alguns autores tem considerado que a estrutura institucional que vai se conformando nesses processos resulta de um processo de auto-organização(13), no sentido de que o próprio sistema produz as forças que o regulam ao longo do tempo; considerou-se aqui que, neste sentido, o surgimento de instituições é uma propriedade emergente dos sistemas hiper-instáveis, ou caóticos.

V - Sumário e conclusão

O principal objetivo do texto foi o de apresentar evidências de que a pesquisa institucional pode beneficiar-se enormemente da aplicação do instrumental associado ao estudo da dinâmica dos sistemas não lineares. Sugeriu-se que a instabilidade normalmente apresentada por esses sistemas não se constitui em um problema para a pesquisa teórica. Mas, ao contrário, em um elemento fundamental para a compreensão teórica dos processos históricos. Conferir status teórico à instabilidade, principalmente à hiper-instabilidade, permite começar a explicar a evolução dos sistemas econômicos por exemplo, incluindo suas instituições, de uma perspectiva endógena, o que não pode ser feito pela teoria econômica convencional. Esta, como se sabe, atribui às instituições e a outras forças fundamentais da evolução como a inovações tecnológicas um papel importante mas exógeno nos processos econômicos. Isto é, as instituições e a tecnologia importam para determinar a posição em que uma economia se situará em um certo momento histórico, por exemplo em termos de renda per-capita. Mas não são elas mesmas explicáveis pela teoria econômica.

Mas porque é tão importante considerar a dinâmica econômico-institucional como um processo endógeno, isto é considerar o surgimento de instituições como uma propriedade emergente de sistemas econômicos hiper-instáveis? A resposta que se procurou dar neste trabalho é a de que apenas assim pode-se contemplar teoricamente uma característica dos sistemas históricos, a explosividade limitada, que sugere-se é o motor fundamental dos processos evolutivos.

Não parece necessário enfatizar, para concluir, que a abordagem aqui proposta aponta para uma descompartimentalização substancial dos campos de pesquisa em ciências humanas. Este autor espera que este trabalho possa contribuir para acelerar este processo.

Notas

1 É o que conclui um importante autor neo-schumpeteriano [Dosi (1988:140)] a respeito de países cuja história anterior conduziu a uma posição próxima da fronteira tecnológica em contraste com outros em que

isso não ocorreu: Our conjecture is that, ceteris paribus, the structural need for policies affecting also the patterns of economic signals (including relative prices and relative profitabilities) as they emerge from the international market will be greater, the higher the distance of any one country from the technological frontier. Conversely, endogenous market mechanisms tend to behave in a virtuous manner for those countries that happen to be on the frontier, especially in the newest/most promising technologies. This is broadly confirmed by historical experience: unconditional free trade often happened to be advocated and fully exploited only by the leading countries. E um pouco mais a frente (p.143) prevendo mudanças institucionais de ordem cultural para os países hoje líderes da economia mundial : ...it will not take long before Japanese economists will learn and preach Ricardo or even Heckscher-Ohlin while it may well be that the Americans and Europeans will rediscover Hamilton, List and Ferrier.

2 A única forma, nesse caso, de aumentar a produção de bens de consumo é aumentando ainda mais a de bens de capital, o que afasta ao invés de aproximar a economia da posição de equilíbrio de longo prazo.

3 Os mecanismos de feedback são de dois tipos: os que produzem loops positivos, produzindo comportamentos cumulativos e os que produzem loops negativos, quase sempre amortecendo as flutuações em torno de uma certa posição de equilíbrio. Radzicki (1994: 43-44) considera que The fundamental building blocks of virtually all dynamical economic systems are positive and negative feedback loops. Positive loops represent self-reinforcing processes that generate exponential growth or decline in dynamical systems. Examples include the relationship between the size of a nations debt and the size of its interest payments on the debt (as the level of debt increases, ceteris paribus, the size of the required interest payment rises, which leads to a greater level of debt) and the relationship between consumer sentiment and consumer spending (when consumer optimism vis -à- vis the economy falls, consumer spending falls, which in turn decreases employment and drives consumer optimism down further).

Negative feedback loops portray goal-seeking processes that are responsible for a variety of behaviours in dynamical systems. They are characterized by the distinction they draw between a systems actual state and its desired state. If a discrepancy between the two arises, the negative loop calls forth corrective action that brings the former back into line with the later. As a result, at least in their simplest form, negative feedback loops are self-correcting and work to stabilize systems. Examples of negative loops include the relationship between a firms capital stock, its desired capital stock and its investments in new plant and equipment (new investments is called forth when the firms capital stock drops below its desired level) and the relationship between a firms level of inventory, its desired level of inventories and its rate of production (additional production is called forth when the firms inventory dops bellow its normal number of weeks of coverage.) .

4 Em Bueno (1996 c : 335), mostrei que trajetórias path dependents estão sujeitas ao fenômeno da histerese. Em termos formais, ocorre histerese quando o valor de longo prazo da variável depende do valor dessa variável no passado, pelo fato de que este valor influencia as variáveis supostamente exógenas, os coeficientes e as equações estruturais componentes do sistema que determina a variável considerada.

5 Op. cit. p. 16

6 P. 17

7 Embora para o próprio North (1994:362) o comportamento racional não assegure a obtenção da institucionalidade mais favorável ao desenvolvimento econômico, principalmente quando se trata de ambientes sujeitos à incerteza. Em suas palavras: The rational-choice framework assumes that individuals know what is their self-interest and act accordingly. That may be correct for individuals making choices in the highly developed markets of modern economies, but is patently false in making choices under conditions of uncertainty - the conditions - that have characterized the political and economic choices that shaped (and continue to shape) historical change.

8 Assim, segundo Kurtz, ..a arma de fogo não estava mais nas mãos de uma oposição de baixo que fazia frente ao domínio feudal, mas conduziu antes a uma revolução de cima com a ajuda de príncipes e reis. Pois a produção e a mobilização dos novos sistemas de armas não eram possíveis no plano de estruturas locais e descentralizadas, na forma como até então haviam marcado a reprodução social, mas exigiam uma organização inteiramente nova de sociedade, em diversos planos.

9 Ver a respeito, entre outros, Chandler (1990), para a história institucional comparada de Inglaterra e Alemanha, destacando a influência das estradas de ferro; Chandler (1977) para o caso americano e,

especialmente, Chandler (1980) para uma discussão sobre as relações entre governo e empresas privadas. Para uma visão semelhante, mas extremamente rica também, ver Gerschenkron (1968).

10 Para uma introdução não técnica ao assunto ver Gleick (1989). Para aplicações da teoria do caos à economia, ver Baumol e Benhabib (1989) e Kelsey (1988) e para um estudo de processos de difusão tecnológica utilizando um modelo que apresenta dinâmica complexa, Bueno (1996 a).

11 Segundo Radzicki (1990: 65-66) a hiper-sensibilidade em relação às condições iniciais ... implies that it is impossible, in principle, to predict the future states of a chaotic system except perhaps in the very short run. The argument that underlies this conclusion is that : (1) only a perfectly specified model of an actual chaotic system (structure, initial conditions, and parameters) can accurately predict its future state; (2) the only perfectly specified model of an actual system is the system itself and, if this existed, a model would be unnecessary; (3) a perfectly specified model is impossible to produce anyway because no one can ever know, with certainty, the actual state of a system at a particular point in historical time, nor measure all of its parameters with zero error, (4) and, as discussed above, even models that closely approximate an actual chaotic system have dynamic paths that diverge exponentially and fold back upon themselves. As a consequence, their measurement error is compounded geometrically and any information obtained from approximating the actual system at a particular time is wiped out as the system evolves.

12 Allen (1983) fornece um interessante exemplo de como as instituições podem ser criadas para reduzir a incerteza associada ao processo de inovação tecnológica, sugerindo que os empresários podem em certas circunstâncias abrir mão de segredos tecnológicos em favor de concorrentes diretos, para partilhar dos riscos envolvidos no processo de criar novas tecnologias; a essa nova forma institucional de concorrência empresarial no processo de inovação ele denominou invenção coletiva. Já em Bueno (1996 b), argumentou-se que, para fugir à instabilidade associada às relações entre os setores produtores de bens de capital e os demais, economias em processo de industrialização acelerada requerem a criação de instituições que viabilizem dinamicamente demanda efetiva para os primeiros.

13 Ver por exemplo Silverberg (1990).

Referências

ALLEN, R.C. Collective invention. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 4, 1983.
ARTHUR, W. B. Self-reinforcing mechanisms in economics. In: ANDERSON, P. and K ARROW (eds) *The Economy as an Evolving Complex System*. Reading, Mass: Addison-Wesley, 1987.

BAUMOL, W. & BENHABIB, J. Chaos: significance, mechanism, and economic applications. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3 (1), winter 1989.

BUENO, N.P. Complexidade e evolução: uma nota sobre a estrutura dos modelos neoschumpeterianos. *Revista Brasileira de Economia*, vol.50 (4), dez. 1996 a).

Instabilidade dos modelos dinâmicos de Leontief e o processo de planejamento econômico brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 26 (3), dez. 1996 b).

Um modelo de histerese institucional para a análise da política industrial brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol 26 (2), agosto 1996 c).

CHANDLER, A. *Scale and Scope - the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990

Government versus business: an American phenomenon. In: DUNLOP, J. (ed.) Business and Public Policy. Boston: Harvard University Press, 1980. [Publicado também em McGRAW, T.K. (ed.) The Essential of Alfred Chandler. Boston, Mass. : Harvard Business School Press, 1988.]

The Visible Hand - the managerial revolution in American business. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977.

DOSI, G. Institutions and markets in a dynamical world. The Manchester School, vol. LVI, n.2, June 1988.

GERSCHENKRON, A. El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica. Barcelona: Ed. Ariel, 1968.

GLEICK, J. Caos - a criação de uma nova ciência. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KELSEY, D. The economics of chaos or the chaos of economics. Oxford Economic Papers, 40, 1988.

KURZ, R. A origem destrutiva do capitalismo. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 30/mar, 1996.

LEONTIEF, W. When should history be written backwards. In: Essays in Economics - theories and theorizing. New York, London: Oxford University Press, 1966.

MYRDAL, G. An American Dilemma: The Negro Problem and American Democracy. New York and London: Harper & Row, 1944.

NORTH, D. Economic performance through time The American Economic Review, vol. 84 (3), June, 1994.

Institutions Journal of Economic Perspectives, vol. 5 (1), winter 1991.

RADZICKI, M.J. Chaos theory and economics. In: HODGSON, G.; SAMUELS, W. and M.R. TOOL (eds) The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics England: Edward Elgar Publishing Limited, 1994. OS DIREITOS DO HOMEM PODEM AMEAÇAR A DEMOCRACIA?

RIBEIRO, RENATO JANINE

97ST0524

Embora a importância dos direitos humanos hoje constitua um consenso quase unânime entre os que se dedicam ao estudo da democracia, esses mesmos direitos suscitam dois problemas que não devemos minimizar. O primeiro aspecto a considerar é que, se o respeito aos direitos humanos é o principal aporte positivo da modernidade, desde as Revoluções americana e francesa, à idéia de democracia (ao passo que o aporte negativo é um novo destaque consagrado à vida privada, de que se segue o primado desta sobre a vida pública e, com a substituição da democracia direta ateniense pela democracia representativa moderna, uma perda da carga afetiva antes depositada na res publica (1)), esses direitos colocam, porém, um sério problema para a questão democrática. É em função deles que os cidadãos terminam por perder a consciência de que o essencial na democracia é a idéia mesma de um kratos do demos, de um poder do povo, e de que só esse núcleo duro poderá assegurar seus diversos direitos, inclusive os privados. Ora, devemos justamente notar que, em nossos dias, e mesmo nas democracias mais consolidadas, a maioria dos cidadãos considera ter direito a prestações por parte do Estado, e atribui às liberdades privadas de que desfruta uma importância maior do que a sua voz ou voto nas eleições ou em outras formas de participação política.

Um exemplo que podemos apresentar: num momento em que as reivindicações sociais eram bastante fortes no país, por ocasião da Constituinte de 1987-88, os ônibus da cidade de São Paulo, onde o transporte coletivo não se distingue por sua qualidade, por algum tempo portaram a inscrição: Transporte coletivo, direito do cidadão, dever do Estado. Evidentemente assim se endossava o clamor dos cidadãos, e sobretudo daqueles que pertencem aos meios mais pobres, por um direito que sempre lhes foi negado; por aí se exprimia uma das vias pelas quais a construção da cidadania podia e devia se realizar num país que mal saía de uma longa ditadura, que lhe legou um sério passivo social. Contudo, ao mesmo tempo essa fórmula indicava que o Estado continuava a ser percebido como um ente autônomo, quem sabe independente, em face dos cidadãos, como uma entidade que lhes escapa por todos os poros, e na qual não se reconhecem. A idéia de que esse Estado é ou deva ser a criatura dos cidadãos, de que portanto tudo o que ele fizer ou não fizer em última análise seja obra deles, essa idéia-chave do poder do povo estava curiosamente ausente da reivindicação, embora democrática, de um transporte coletivo digno.

O pressuposto dessa discussão, e de várias outras que podemos perceber tanto em democracias jovens como naquelas que se consolidaram, é que os direitos humanos terminam por ser considerados pelo metro dos direitos privados. Uma das características destes é que se oferecem à liberdade do indivíduo como possibilidades de que este pode, indiferentemente, fazer uso num sentido ou noutro. Se tenho o direito de expressão, posso exprimir-me dizendo uma coisa, dizendo outra - ou, ainda, calando-me. A maior parte dos direitos privados assim constituem direitos no sentido em que posso, perfeitamente, dispensar-me de fazer um uso, digamos, positivo: se tenho o direito de guiar, isto significa que não estou obrigado a dirigir. E podemos fazer remontar a Thomas Hobbes, e a sua oposição radical entre direito e obrigação, no começo do cap. XIV do *Leviatã* (1651), a origem dessa idéia de que um direito, ao contrário de uma obrigação, é em sua essência uma liberdade que seu titular é livre de usar ou não.

Ora, o problema é que tal idéia do direito, como pertencendo a um património do indivíduo, perde de vista o que é da essência mesma dos direitos políticos, se levarmos em conta que estes estão decisivamente ligados à democracia enquanto poder do povo - e, acrescentaria, à democracia como poder constantemente criado pelo povo, poder em perpétua constituição, cujo mérito e preço reside, justamente, no fato de que nunca cessa de se constituir, e portanto jamais concede aos cidadãos o sossego que lhes proporcionam os regimes autoritários, ou seja, a possibilidade de ter seus assuntos decididos por outrem. Se a democracia é, precisamente, a politéia na qual os negócios de todos devem ser decididos por todos, isso implica que nela os direitos políticos devam ser, necessariamente, ao mesmo tempo, deveres, obrigações - e que, portanto, se exclua que um cidadão possa ter, em face desses direitos que constituem a res publica, a coisa democrática, a mesma indiferença que lhe é reconhecida em face de seus outros direitos. O cidadão pode decidir nunca desfrutar de seu direito de propriedade, mas uma democracia não subsistirá se seus cidadãos desistirem de participar da constituição do poder político.

Em alguns países, como o Brasil, esse debate por vezes se torna muito acirrado, porque o voto é obrigatório - assim como na Itália, na Bélgica, na Austrália, na Costa Rica; e uma parte da opinião pública brasileira e quase toda a imprensa se opõem a isso, argumentando que, se temos o direito de votar, e se o voto é livre, isso implica também a liberdade de não votar. Sem querer debater os outros aspectos, mais propriamente sociológicos, dessa questão (2), e atendo-me a seu nível filosófico, esse argumento perde de vista exatamente a idéia-mestra segundo a qual os direitos constitutivos da coisa pública são, ao mesmo tempo, deveres.

Outra ilustração da mesma redução dos direitos políticos a direitos privados pode ver-se, às vezes, quando se cita, entre os direitos humanos, o de votar. Ora, se temos razão, o direito de votar e ser votado, e os direitos de participação política em geral, situam-se num plano superior ao dos direitos humanos, porque são constitutivos do único regime no qual a liberdade e a responsabilidade humanas aparecem como direitos/deveres universais.

Evidentemente, esta tese enfrenta pelo menos uma dificuldade. Devemos recordar que os direitos humanos não são votados, mas declarados, isto é, que não devem seu caráter de direito à vontade política de uma assembléia, por alta que seja, mas que são os primeiros dentre os direitos, naturais, dir-se-ia, emprestando-se a linguagem dos filósofos dos séculos XVII e XVIII. Esse pressuposto principal de declaração dos direitos, que se encontra nos documentos da Assembléia Constituinte francesa de 1789 e da Assembléia das Nações Unidas de 1948, implica assim que se confira a esses direitos a primazia sobre todo governo - o que permite então considerar, um pouco como observava, temeroso, Benjamin Constant, que a questão do regime político se torna em nosso tempo secundária em relação à dos direitos de que cada qual é titular. Ora, se os direitos humanos são declarados, enquanto um regime político é convenção humana, como terá este último a prioridade sobre aqueles?

Só podemos responder a esta objeção se acrescentarmos outra tese - àquela segundo a qual é dos direitos políticos que decorrem os demais: será a tese de que só é legítimo, na política, o regime democrático. Em nossos dias a democracia não pode mais ser pensada como outrora, enquanto um regime duvidoso, aquele no qual os seres humanos se tornam presa dos demagogos: deve ser tida como o único regime em que todos são considerados, como queria Kant (3), enquanto adultos, e por isso como iguais perante a lei. Toda outra forma de governo supõe, não só a desigualdade de direitos em face da lei, mas, o que é mais grave, a minoridade de uma parte da população, a infantilização, quem sabe a puerilização, de adultos, a tutela assim de uma maioria dos cidadãos - reduzidos à condição de súditos - por um grupo que se suporá ser-lhe superior. É esse valor ético da democracia - sua aposta num homem livre e, sobretudo, maior de idade - que leva a afirmar que os

direitos constitutivos desse regime podem ter uma espécie de primazia sobre todos os direitos possíveis do homem, dos quais serão, assim, os fiadores; e basta invocar a evidência empírica para constatar que os outros direitos só estão assegurados quando se faz presente e efetivo esse núcleo duro dos direitos democráticos. Isso permite, ainda, emitir a hipótese de que os direitos humanos em geral não são assegurados apenas pelas relações legais democráticas mas que, além disso, eles derivam delas; e que a equação direito/dever, constitutiva dos regimes democráticos, se revela muito fecunda, na medida em que é ela que engendra os direitos humanos em sua generalidade.

Notemos, finalmente, que, se consideramos que a democracia tem um valor ético ou, o que em última análise vai dar no mesmo, que ela é um valor, isto implica dois corolários. Primeiro, não podemos analisá-la como sendo um mero meio, ainda que o melhor, adequado à resolução de conflitos. Ela pode perfeitamente cumprir esse papel, mas não é aí que reside sua essência: este é apenas um papel derivado de seu valor ético. E, segundo, não podemos contentar-nos em considerar a democracia como um regime político pois, se ela é um valor, segue-se que devem tornar-se democráticas todas as relações sociais, e não somente aquelas que se referem ao Estado e a suas instituições. Isto implica que é prioritário democratizar a esfera das afetividades, inclusive a amizade, as relações amorosas, a família, portanto o que usualmente se chama a vida privada, e igualmente a esfera das relações de trabalho, em princípio submetidas à propriedade privada do capital. Esse investimento democrático na vida ou na propriedade privadas me parece estar entre as conseqüências necessárias de toda tese sobre a qualidade ética da democracia.

Nosso segundo problema, autônomo em relação ao primeiro, mas que se vincula a ele de certo modo, é que os direitos humanos quase sempre são definidos a partir de um certo *parti pris*. Supõe-se que já estejam mais ou menos estabelecidos nos países mais desenvolvidos, na Europa Ocidental ou na América do Norte, e que portanto o que para eles vale deve igualmente ser aplicado no resto do mundo. Esse pressuposto se manifesta, por exemplo, quando ouvimos dizer que se deve garantir a todos uma certa quantidade de proteínas, uma certa qualidade de moradia, um mínimo de educação e saúde - valores estes que são propostos a partir da experiência histórica de alguns países que tiveram um certo sucesso no que se refere aos direitos sociais de seus cidadãos.

Mas essa experiência histórica bem sucedida dos países do Atlântico Norte não deveria impedir outros países de efetivar os direitos humanos tomando outros caminhos, que levem em conta sua cultura e suas tradições. Bastará um exemplo. É absolutamente indesejável impor os mesmos princípios que definem o que é uma moradia de qualidade, na Europa Ocidental ou na América do Norte, a sociedades que não conhecem o mesmo frio no inverno, ou nas quais a privacidade não é um valor tão positivo quanto naqueles países. Notemos, além disso, que os valores relativos ao erótico são bem diversos no mundo afora: ora, disso o que se pode tirar com relação à distribuição dos quartos, aos contatos sociais, ao respeito devido ao outro?

E é por isso, para terminar, que gostaria de perguntar-lhes se o atual empenho pelos direitos humanos não corre o risco de dificultar ou mesmo impedir o que Claude Lefort com tão rara felicidade denominou a invenção democrática, termo que podemos utilizar para designar a capacidade que deve ter cada demos de criar sua polis, sem precisar copiar a lição de outra sociedade, que já teria aprendido e realizado o que seria a verdadeira democracia. No que diz respeito à democracia, como no que se refere aos direitos humanos, na verdade apenas principiamos. Se no tocante à democracia ainda tendemos a superestimar a democracia ateniense, e a definir nossas práticas políticas como estando sempre em déficit para com esse modelo inaugural, a idéia de que as relações democráticas excedam o estrito domínio do regime político e de que estejam dotadas de valor ético poderá demonstrar que a res de todos está no futuro, que está por ser criada, em vez de se confinar num passado mítico. E, se partirmos da idéia de que a experiência democrática está por se fazer, de que por definição ela sempre está por se fazer, então, por princípio, os direitos humanos não poderão estar limitados às experiências passadas. Eles estarão sempre por se criar.

NOTAS

- 1 Cf. a conferência de Benjamin Constant, A liberdade dos antigos comparada à dos modernos, 1819.
- 2 Esses outros aspectos concernem a questão de saber se o voto obrigatório aumenta a influência dos notáveis locais sobre os eleitores nas pequenas cidades e no campo. Observaria, a respeito, que a supressão da obrigação legal de votar não terá quase nenhum efeito positivo naquelas regiões, em que a influência dos notáveis não é de ordem legal, mas se inscreve nos costumes e nas relações sociais. Uma mudança na lei provavelmente só terá efeitos sensíveis nas grandes cidades, onde poderá aumentar o número das abstenções.

Mas, de todo modo, o objetivo deste artigo não é discutir o bom fundamento do voto obrigatório ou facultativo: este exemplo só visa a mostrar pressupostos que são, geralmente, esquecidos.

- 3 Em O que é o iluminismo.

Traduzido do francês pelo autor. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio da Unesco sobre Ethics of Future, na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, de 2 a 4 de julho de 1997.

Renato Janine Ribeiro
Professor de Ética e Filosofia Política
Universidade de São Paulo
e-mail: RJANINE@USP.BR
Caixa Postal 2530
01060-970 São Paulo, Brasil

XXI Encontro Anual da ANPOCS

Institutional dynamics, deterministic chaos, and self-organizing systems. *Journal of Economic Issues*, vol. XXIV (1), march 1990.

SILVERBERG, G. Adoption and diffusion of technology as a collective evolutionary process. In; FREEMAN, C. & SOETE, L. (eds) *New Explorations in the Economics of Technological Change*. London, New York: Pinter Publishers, 1990.

Newton Paulo Bueno
Departamento de Economia
Universidade Federal de Viçosa

XXI Encontro Anual da ANPOCS